

## CARTA DOS EDITORES

Este número da *Desenvolvimento em Debate* apresenta uma seleção de artigos sobre políticas públicas setoriais e estratégias de desenvolvimento. O artigo que abre o volume, *Freshwater and Federal Public Policies in Brazil, 2016–2023: dismantling and reconstructing* da professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento Estela Maria Souza Costa Neves explora o tema da governança da água no Brasil e a desmontagem e reconstrução das políticas públicas federais relacionadas à água doce de 2016 a 2023. O artigo apresenta um quadro para analisar a governança da água, investiga mudanças recentes em três áreas de política (saneamento básico, gestão de recursos hídricos e conservação ambiental) e explora o conceito de desmonte de políticas. Neves usa uma metodologia de pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando uma combinação de revisão bibliográfica e análise de regulamentos federais para apresentar as disposições constitucionais e responsabilidades do governo federal, estados e municípios na gestão dos recursos hídricos e na prestação de serviços de saneamento básico. As conclusões do estudo destacam as mudanças significativas nas políticas públicas federais relacionadas à água doce no Brasil de 2016 a 2023. No saneamento básico, houve uma mudança em direção à privatização e redução da participação do setor público. Na gestão de recursos hídricos, houve mudanças na estrutura institucional e propostas de mudança para uma abordagem de gestão de infraestrutura. Na política ambiental, houve uma desmontagem das instituições ambientais, redução de financiamento para o controle ambiental e tentativas de desmontar o sistema de licenciamento ambiental. Essas mudanças resultaram em uma desestabilização da legislação ambiental e uma redução nas medidas de proteção ambiental.

A seguir, Nicole Ísis de Ayub e Miguel Juan Bacic, autores do artigo *Abordagem exploratória dos pontos de contato entre Cadeias Globais de Valor (CGVs) e a Nova Economia Institucional (NEI)* discutem a relação entre as Cadeias Globais de Valor (CGVs) e a Nova Economia Institucional (NEI). Os autores partem de apresentar os conceitos utilizados: as CGVs são formas de organização da produção que envolvem a fragmentação das etapas produtivas em diferentes países; a NEI é uma abordagem teórica que estuda como as instituições influenciam a economia. O ensaio explora como as instituições de um país afetam a forma de organização das CGVs e como a NEI pode ajudar a entender esse fenômeno. As conclusões do ensaio apontam que as instituições de um país têm um impacto significativo na forma de organização



<http://dx.doi.org/10.51861/ded/dmvtrt.1.c01>

das CGVs. Os autores afirmam que as instituições afetam o desempenho econômico das CGVs, que são arranjos contratuais de produção descentralizada em nível global. Além disso, observam que a qualidade das instituições de um país, como os direitos de propriedade, a estabilidade política, a efetividade governamental e o império da lei, influencia a participação de um país nas CGVs, como também a possibilidade de que uma empresa possa realizar o “upgrading” em uma cadeia global de valor.

O artigo seguinte, *O Desenvolvimento Recente Do Setor De Serviços No Nordeste Do Brasil*, de Carlos Antonio Araújo Cavalcanti Junior e João Policarpo Rodrigues Lima, discute o desenvolvimento do setor de serviços no Nordeste do Brasil, destacando a importância do crescimento dos serviços privados para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades internas. Para tal fim, o estudo analisa a evolução do setor terciário na região, com foco no valor adicionado das atividades e nas variáveis do mercado de trabalho formal. A metodologia utilizada consistiu na análise dos dados do valor adicionado bruto (VAB) dos setores públicos e privados de serviços, bem como das variáveis do mercado de trabalho formal. Foram utilizadas médias aritméticas dos anos iniciais e finais das séries estudadas, desinflacionadas pelo Deflator Implícito do PIB. Além disso, foram consultados dados da plataforma Ipeadata para complementar a análise. As conclusões do estudo mostram que houve um crescimento do setor privado de serviços no Nordeste do Brasil, o que contribuiu para a redução da desigualdade setorial regional. No entanto, ainda existem desafios para a inclusão de atividades mais elaboradas em áreas menores. O estudo também evidencia a relação entre o crescimento do setor de serviços e a renda per capita, mostrando que o crescimento da renda per capita dos cidadãos nordestinos está mais associado ao crescimento dos serviços privados. Além disso, a análise do mercado de trabalho formal revela a dinâmica dos vínculos empregatícios nos diferentes subsetores de serviços na região Nordeste e nos estados.

Por fim, Jheycon Matos Sousa e José Machado Moita Neto, autores do artigo *Indústrias da Construção Civil do Piauí: Perfil e Impactos Ambientais* discute a indústria da construção civil no estado do Piauí, Brasil, e seus impactos ambientais. Os autores partem de considerar que a construção civil desempenha um papel significativo na geração de emprego e no atendimento às necessidades habitacionais da população; no entanto, também é uma grande contribuinte para as emissões de carbono, degradação ambiental e geração de resíduos. O estudo analisa a indústria da construção no Piauí, seu perfil e os impactos ambientais causados por suas atividades. A metodologia utilizada neste estudo consistiu em uma pesquisa bibliográfica, com a seleção de mais de 100 artigos relevantes para o tema. Foram utilizados critérios de exclusão para definir os artigos selecionados, como escopo do estudo, local, ano de publicação, tipo de estudo, método e ferramenta utilizada. Além disso, foram analisados documentos oficiais de órgãos como o IBGE, a SDE-PI, a CNI, o MTE, a CBIC, o TCE-PI, entre outros. As conclusões do estudo destacam a importância da indústria da construção civil no Piauí para a geração de empregos e atendimento às necessidades habitacionais da população. No entanto, também ressaltam os impactos ambientais negativos causados por essa indústria, como emissões de carbono,

degradação ambiental e geração de resíduos. O estudo aponta a necessidade de práticas sustentáveis na indústria da construção para minimizar esses impactos e promover o desenvolvimento sustentável. Além disso, ressalta a importância de considerar aspectos como urbanização, desigualdade, crescimento econômico, aspectos culturais e sociais, política e governança para o progresso do Estado.

*Roberta Rodrigues Marques da Silva e Flavio Gaitán*

Editores